

LEI Nº 2685, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1998.

(Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 3115/1999)

(Vide Decreto nº 5436/2013, nº 5727/2014)



DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ FERNANDO RIZZATTI, Prefeito Municipal de Olímpia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão autônomo, de caráter normativo, consultivo e deliberativo, do Sistema Municipal de Ensino, com competência para decidir sobre questões referentes à Educação Municipal, definidas nesta lei.

Parágrafo Único. Para efeitos administrativos e orçamentários, o Conselho Municipal fica vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a qual deverá garantir apoio necessário para o seu bom funcionamento e manutenção.

Art. 2º ~~O Conselho Municipal de Educação será composto por 8 (oito) membros, sendo:~~
~~I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;~~
~~II - 1 (um) representante dos professores e diretores de escolas públicas do Ensino Fundamental;~~
~~III - 1 (um) representante dos pais de aluno;~~
~~IV - 1 (um) representante dos servidores das escolas públicas do Ensino Fundamental;~~
~~V - 1 (um) representante dos diretores e professores do Ensino Pré-Escolar;~~
~~VI - 1 (um) representante das escolas particulares;~~
~~VII - 1 (um) representante de entidade da sociedade civil (associação de classe, sindicatos, associações de empresários, etc.);~~
~~VIII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos e do Adolescente.~~

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação será composto por 9 (nove) membros, sendo:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;

II - 1 (um) representante dos professores de escolas públicas do Ensino Fundamental;

III - 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas do Ensino Fundamental;

IV - 1 (um) representante dos pais de aluno;

V - 1 (um) representante dos servidores das escolas públicas do Ensino Fundamental;

VI - 1 (um) representante dos diretores e professores do Ensino Pré-Escolar;

VII - 1 (um) representante das escolas particulares;

VIII - 1 (um) representante das entidades da sociedade civil assim entendidas as associações de classe, os sindicatos, etc.

IX - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 2689/1998)

§ 1º Cada membro titular deverá Ter um suplente, que o substituirá ou sucederá em casos de licença ou impedimento.

§ 2º O representante da Secretaria Municipal de Educação será indicado pelo Chefe do Executivo, dentre pessoas com poderes de decisão, e os demais membros serão escolhidos por seus pares.

§ 3º A nomeação dos membros titulares e suplentes do conselho será feito pelo Chefe do Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei.

§ 4º mandato dos Conselheiros será de 03 (três) anos, admitida a recondução por uma única vez.

§ 5º O processo de renovação dos Conselheiros será tratado no Regimento Interno do Conselho, respeitada a renovação de um terço de seus membros em cada nova constituição.

§ 6º A função de membro do Conselho será considerada como de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal:
(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998)

I - fixar as diretrizes para a organização do Sistema Municipal de Ensino, a partir das legislações federal e estadual sobre a matéria;

II - exercer competência privativas do Poder Público local, conferidas em lei, em matéria educacional;

III - autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de Educação Infantil, municipais e particulares;

IV - propor normas para a aplicação de recursos públicos, em Educação, no Município,

tendo em vista a legislação regulamentadora da matéria;

V - propor medidas ao Poder Público no que tange ao cumprimento e aperfeiçoamento da execução de suas responsabilidades em relação à Educacional Infantil e ao Ensino Fundamental nos âmbitos urbanos e rural;

VI - propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares e apoio ao educando (merenda, transporte escolar e outros);

VII - pronunciar-se no tocante à instalação e ao funcionamento de estabelecimentos de ensino de todos os níveis situados no Município;

VIII - estabelecer formas de divulgação de sua atuação;

IX - elaborar e alterar o seu Regimento Interno.

Art. 4º São atribuições do Conselho Municipal:
(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998)

I - colaborar com os Poderes Públicos Municipais na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

II - zelar pelo cumprimento das Disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de Educação;

III - assistir e orientar os Poderes Públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;

IV - acompanhar a execução dos convênios de ação administrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;

V - supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;

VI - acompanhar o funcionamento e prestar assistência técnica, quanto aos aspectos pedagógicos, aos Conselhos Escolares, incentivando a participação da comunidade escolar;

VII - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais de Educação, nos âmbitos estadual e federal, e com outros órgãos da Administração Pública e da esfera privada que atuem no Município, a fim de obter sua contribuição para a melhoria dos serviços educacionais;

VIII - articular-se com outros Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e outras organizações comunitárias, visando a troca de experiências, ao aprimoramento da atuação do colegiado, bem como a possibilidade de encaminhamento de proposta educacionais de cunho regional;

IX - articular-se com outros colegiados municipais, sobretudo os da área social, visando a proposição de políticas sociais integradas.

Art. 5º O Conselho Municipal de Educação, para o efetivo exercício das competências e atribuições disciplinadas por esta lei, poderá constituir Comissões Temáticas, definidas no seu Regimento Interno, cuja composição deverá levar em conta a experiência e o conhecimento técnico de seus integrantes, objetivando a realização de estudos detalhados sobre os diversos temas de competência do Conselho. [\(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998\)](#)

Art. 6º O Conselho Municipal, no prazo de 30 (tinta) dias da posse de seus membros, elaborará o seu Regimento Interno e elegerá os membros de sua diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, para um primeiro mandato de um ano, admitida a recondução para mais um mandato. [\(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998\)](#)

Parágrafo Único. O processo de escolha da primeira diretoria do conselho dar-se-á pelo voto secreto da maioria de seus membros.

Art. 7º Os nomes dos representantes escolhidos para a composição do conselho deverão ser indicados pelas respectivas categorias, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desta lei. [\(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998\)](#)

Art. 8º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei, tomará as providências necessárias para a efetiva instalação e funcionamento do Conselho Municipal. [\(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998\)](#)

Art. 9 Constará da Lei Orçamentária anual a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do conselho municipal.
[\(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998\)](#)

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para as despesas decorrentes do cumprimento desta lei. [\(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998\)](#)

Parágrafo Único. O crédito autorizado neste artigo será coberto com recursos indicados quando de sua abertura, na forma do artigo 43, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 11 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
[\(Artigo renumerado pela Lei nº 2689/1998\)](#)

Prefeitura Municipal de Olímpia, 11 de fevereiro de 1998.

JOSÉ FERNANDO RIZZATTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Diretoria Geral do Expediente da Prefeitura Municipal de Olímpia, em 11 de fevereiro de 1998.

SIDNEY CARLOS SCHALCH
Diretor Geral do Expediente